



Fonologia autônoma, Sintaxe mais Simples: explorando as interfaces na Arquitetura em Paralelo

Autonomous phonology, simpler syntax: exploring the interfaces in the Parallel Architecture

Giuseppe Varaschin

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina / Brasil
giuseppe.varaschin@gmail.com

Resumo: O objetivo deste artigo de cunho teórico é explorar a visão particular sobre a interface entre sintaxe e fonologia na teoria da Arquitetura em Paralelo (AP) formulada por Jackendoff (1997, 2002, 2007). Embora não disponha de um componente fonológico próprio, essa teoria tomou os desenvolvimentos da fonologia não-linear na década de 1970 como ponto de partida (GOLDSMITH, 1976; LIBERMAN; PRINCE, 1977; MCCARTHY, 1982). A ideia central da AP é distribuir a complexidade da gramática em diferentes “camadas” relativamente independentes, a fim de desonerar a sintaxe, que teria assumido um papel explanatório exagerado nas teorias gerativas *mainstream* (CULICOVER; JACKENDOFF, 2005). Segundo Culicover e Jackendoff (2005), ao livrarmos esse componente da responsabilidade de explicar todos os fenômenos linguísticos relevantes, seria possível formular uma Sintaxe mais Simples. Após esclarecer algumas características gerais da AP e sua relação com as teorias fonológicas não-lineares, o artigo focará no que este modelo tem a dizer sobre a interface entre sintaxe e prosódia. O artigo ilustrará a visão da AP sobre essa interface a partir de uma discussão específica acerca da regra do acento nuclear (CHOMSKY; HALLE, 1968; HALLE; VERGNAUD, 1987). A ideia principal é que as conclusões de Menuzzi e Míoto (2006), que vão de encontro à teoria de Cinque (1993), podem ser compreendidas como uma evidência positiva em prol da concepção da interface fonologia e sintaxe sugerida na AP, a qual confere mais autonomia ao componente fonológico.

Palavras-chave: interface sintaxe-fonologia; Sintaxe mais Simples; Arquitetura em Paralelo; regra do acento nuclear.

Abstract: The main goal of this theoretically oriented paper is to lay out the particular view of the interface between syntax and phonology in the theory of the Parallel Architecture (PA) as formulated by Jackendoff (1997, 2002, 2007). Even though it doesn't have its own phonological component, this theory took the developments of non-linear phonology in the 1970s as a starting point (GOLDSMITH, 1976; LIBERMAN; PRINCE, 1977; MCCARTHY, 1982). The central idea in the PA is to distribute the complexity of the grammar among relatively independent tiers, in order to unburden syntax, which took an exaggerated explanatory role in mainstream generative theories (CULICOVER; JACKENDOFF, 2005). According to Culicover and Jackendoff (2005), in liberating this component from the responsibility of explaining all relevant linguistic phenomena, it may be possible to envision a Simpler Syntax. After clarifying some general characteristics of the PA and its relationship to non-linear phonological theories, the paper will focus on what this model has to say about the interface between syntax and prosody. The paper will illustrate the PA view on this interface through a specific discussion about the nuclear stress rule (CHOMSKY; HALLE, 1968; HALLE; VERGNAUD, 1987). The main idea here is that the conclusions reached by Menuzzi and Mioto (2006), which go against Cinque's (1993) theory, can be understood as positive evidence for the conception of the syntax-phonology interface suggested in the PA, which grants more autonomy to the phonological component.

Keywords: syntax-phonology interface; Simpler Syntax; Parallel Architecture; nuclear stress rule.

Recebido em 17 de abril de 2018

Aceito em 17 de junho de 2018

1. A centralidade das interfaces

As várias interfaces da linguagem sempre protagonizam debates acirrados e produtivos. Em larga medida, isso se dá porque a questão das interfaces se confunde com a própria questão a respeito da natureza e delimitação do objeto da linguística. Desde Aristóteles (2006), várias correntes têm compreendido a língua, de uma forma ou de outra, como “um sistema de signos que exprimem ideias” (SAUSSURE, 1995, p. 33). Ora, um signo nada mais é do que um tipo particular de interface: um pareamento entre forma e sentido. A língua seria, segundo esse entendimento, *feita* de interfaces.

Essas considerações fundamentalmente vagas – o que é *forma*, *sentido* e *pareamento* não é nada óbvio de antemão – encontraram um modo

de expressão teórica razoavelmente claro a partir do final da década de 1950 (CHOMSKY, 1955, 1957). Essa maior clareza, todavia, levou o campo para muito além das concepções tradicionais, suscitando a formulação de uma série de mediações altamente complexas para dar conta da ligação nada trivial entre sons e significados. Foi nesse espaço que floresceu boa parte da pesquisa em sintaxe gerativa até meados da década de 1990.

Mais recentemente, como o Programa Minimalista sugeriu razões para reduzir ao máximo essas mediações internamente motivadas (CHOMSKY, 1995, cap.4, 2005), a investigação das interfaces irrompeu com uma força sem precedentes. A questão de ordem passou a ser descobrir se (ou quais) propriedades da Faculdade da Linguagem (FL) são *determinadas pelos sistemas de interface*; ou, nas palavras de Chomsky (2000, p. 9), se “a linguagem é uma ‘boa solução’ para as condições de legibilidade impostas pelos sistemas com os quais ela interage”.

Não cabe entrar aqui nas razões de adequação biológica e evolutiva que impulsionaram esse enfoque (cf. HORNSTEIN, 2009, cap. 1). O ponto fundamental é que, mais do que nunca, o estudo das interfaces passou a ser visto como um passo essencial para compreender a linguagem. Uma peculiaridade desse debate, contudo, é a ênfase na interface com a semântica, em detrimento da fonologia. De fato, as referências à fonologia nos escritos minimalistas de Chomsky são escassas.¹ Essa prioridade à semântica é questionável, visto que a fonologia tem um alcance empírico e experimental mais amplo e é, discutivelmente, um alvo menos frequente de polêmicas teóricas e filosóficas intrincadas que retardam a formação de consensos na área (cf. CHOMSKY, 1995, p. 21; JACKENDOFF, 2007, p. 43, 2014, p. 28).

Por isso, se quisermos investigar a natureza das interfaces, talvez seja mais prudente *começar* com a interface com a fonologia. Uma vez que a tenhamos compreendido razoavelmente, podemos tomá-la como modelo para entender o funcionamento de outras interfaces mais incertas, como a da semântica. Na medida em que uma compreensão das interfaces define nossa concepção de gramática, teremos uma teoria da FL *fundamentalmente* informada pelos avanços da fonologia. É isso o que buscam algumas teorias contemporâneas importantes, como a Teoria da Otimidade (PRINCE; SMOLENSKY, 2004; KAGER, 2004; MCCARTHY, 2008).

¹ Harris (1995, p. 79) relata que, em virtude do tempo dedicado à sua militância política, Chomsky se viu praticamente obrigado a abandonar suas pesquisas em fonologia.

Neste artigo, contudo, vou explorar a visão particular sobre a interface entre fonologia e sintaxe em uma outra teoria: a Arquitetura em Paralelo (AP) (JACKENDOFF, 1997, 2002, 2007), que, embora não disponha de um componente fonológico próprio, tomou a fonologia não-linear da década de 1970 como ponto de partida. A ideia da AP é justamente distribuir a complexidade da gramática em diferentes “camadas” (*tiers*) relativamente independentes, a fim de desonerar a sintaxe, que teria assumido um papel explanatório exagerado nas teorias gerativas *mainstream* (CULICOVER; JACKENDOFF, 2005). Na seção 2, vou expor algumas características gerais da AP. Na seção 3, vou sublinhar algumas características da fonologia não-linear que foram apropriadas por essa teoria (GOLDSMITH, 1976; LIBERMAN; PRINCE, 1977). Na seção 4, vou focar especificamente na interface entre sintaxe e prosódia, para, na seção 5, voltar-me a uma discussão mais específica acerca da regra do acento nuclear (CHOMSKY; HALLE, 1968; HALLE; VERGNAUD, 1987). Vou argumentar que as conclusões de Menuzzi e Mioto (2006), que vão de encontro à teoria de Cinque (1993), podem ser compreendidas como uma evidência positiva em prol da concepção da interface fonologia e sintaxe sugerida na AP. Essa concepção confere mais autonomia ao componente fonológico. Concluirei com algumas observações gerais sobre os rumos que esse tipo de investigação pode tomar.

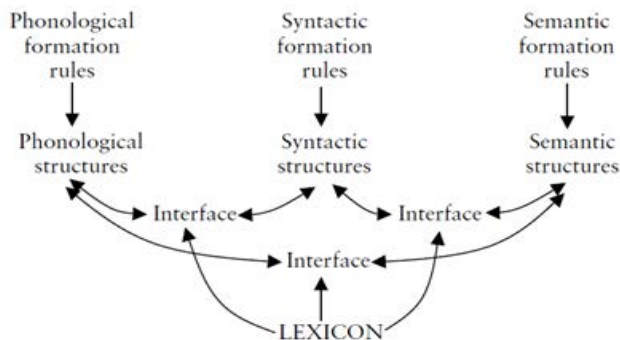
2. A Arquitetura em Paralelo (AP)

A teoria da AP (JACKENDOFF, 1997, 2002, 2007), cujo módulo sintático é detalhado em Culicover e Jackendoff (2005), apresenta-se como uma teoria gerativa alternativa à longa linhagem de modelos chomskianos – desde Chomsky (1955) até o Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995). A principal diferença em relação a esses modelos gerativos *mainstream* (e dessa diferença decorrem muitas consequências conceituais e técnicas) é o abandono do *sintatocentrismo*, definido como:

[A ideia de que] toda riqueza combinatória da linguagem deriva das regras do componente sintático; as propriedades combinatórias da fonologia e da semântica são caracterizadas inteiramente em termos do modo como elas derivam da estrutura sintática (CULICOVER; JACKENDOFF, 2005, p. 17)

Tirando do módulo sintático o “privilégio” de ser o monopólio da geração e explicação em linguística, os autores propõem a arquitetura abaixo:

DIAGRAMA 1 – A arquitetura em paralelo (CULICOVER; JACKENDOFF, 2005, p. 18)



No diagrama são apresentados três eixos não-triviais de combinatorialidade linguística: fonológico, sintático e semântico. A proposta, portanto, é a de uma estrutura fundamentalmente modular, em que as regras de formação de cada um dos três eixos licenciam suas estruturas correspondentes, independentemente dos outros dois módulos, e os níveis de interface atuam como restrições adicionais, estabelecendo correspondências admissíveis entre pares de componentes. O léxico – cujas unidades são concebidas de maneira bastante liberal, num *continuum* entre palavras, construções idiossincráticas e estruturas frasais abstratas – é considerado como um componente das interfaces. Um item lexical nada mais é do que conjunto memorizado de associações entre os três níveis (fonologia, sintaxe e semântica). A palavra “gato” é, então, *grosso modo*, uma regra que estabelece uma correspondência estável entre a forma fonológica /gato/, os traços sintáticos N, [sing] e [masc] e o conceito semântico de *gato* (um objeto físico, um tipo de animal, etc.).²

² Uma característica interessante dessa teoria é o abandono das regras de inserção lexical, que eram “transformações que inseriam o item em questão (i.e., o conjunto de traços que o constituem) em marcadores sintagmáticos” (CHOMSKY, 1972, p. 64). Teorias que assumem inserção lexical fazem com que a sintaxe “carregue” informações fonológicas e semânticas que só são efetivamente *legíveis* nos níveis de interface. Jackendoff (1997) rejeita a inserção lexical pois vê nela uma negação da *autonomia* dos componentes gramaticais. Ele propõe substituí-la pela noção de *licenciamento lexical*.

A gramática é, como na Teoria da Otimidade, baseada em *restrições* que definem a boa-formação das estruturas no nível de um *output* previamente dado (i.e. cuja “montagem” não é *strictu sensu* responsabilidade da gramática). Na AP, uma estrutura é considerada perfeitamente bem formada quando é licenciada em cada um dos níveis linguísticos individualmente, bem como nos níveis de interface. Não há qualquer ordem ou sequência inerente para a aplicação das restrições. Semelhantemente ao que ocorre em Teoria da Otimidade, tais restrições são tidas como violáveis (JACKENDOFF, 1997). Disso se segue a possibilidade de considerar a boa-formação ou *gramaticalidade* como um fenômeno gradiente.

Ao contrário das teorias que seguiram as ideias iniciais de Chomsky (1955), a AP não é um modelo derivacional, pois não postula “etapas” (potencialmente infinitas) para a geração das estruturas a partir de átomos computacionais, e.g. morfemas. O modo como as estruturas são *produzidas*, de um ponto de vista procedural, é delegado exclusivamente a uma teoria do *desempenho*. O que uma teoria da *competência*, no espírito da AP, deve oferecer é um conjunto de condições *declarativas* que permita definir se (e o quanto) um dado arranjo fonológico, sintático, semântico (ou uma ligação entre essas estruturas) é bem formado.³ Segundo Jackendoff (2002, cap. 7), essa concepção facilita a integração de teorias como a AP a modelos psicolinguísticos de processamento.

³ Como mostra McCarthy (2008), essa concepção de gramática foi popularizada na sintaxe pelo modelo de filtros de Chomsky e Lasnik (1977) e, na fonologia, pela descoberta de restrições de *output* por Kisseberth (1970). É importante notar, nesse sentido, que as regras de formação e de interface na AP não são *regras de reescritura*, segundo a definição de Chomsky (1957), i.e., regras para converter um *input* em um *output* (cf. JACKENDOFF, 1997, p. 34) e Culicover e Jackendoff (2005, p. 143)). O abandono de regras de reescritura e da concepção derivacional de gramática que elas pressupõem é mais uma das características que distinguiriam uma fonologia baseada na AP da teoria de Chomsky e Halle (1968), que se baseava inteiramente nesse formalismo (mais sobre isso na seção 3). Como todas as teorias baseadas em restrições, um dos principais desafios para a AP é oferecer um tratamento satisfatório a fenômenos de opacidade (cf. Kager (2004, cap. 9)). O termo “opacidade” é usado na fonologia para casos em que um *output* está sujeito a generalizações que não podem ser deduzidas da sua forma de superfície. Há correlatos desses fenômenos na sintaxe, em especial em dados de eclipse e dependências de longa distância. São justamente esses fenômenos que são tratados nos modelos chomskianos por meio de regras transformacionais (que são também abandonadas na AP).

A teoria é chamada de Arquitetura em *paralelo* pois as condições que definem a boa-formação linguística são formuladas paralelamente nos três níveis, cada qual com sua própria complexidade combinatória e com suas unidades mínimas específicas. Preserva-se, claramente, a autonomia da sintaxe, tão cara ao gerativismo chomskiano (cf. CHOMSKY, 1979), mas descarta-se sua centralidade.

Isso significa, como veremos nas próximas seções, que a fonologia pode ser *subdeterminada* pelas informações disponíveis na interface com o módulo sintático. Certas propriedades de uma representação fonológica podem “ser caracterizadas por princípios fonológicos autônomos, que não fazem nenhuma referência à sintaxe” (JACKENDOFF, 1997, p. 27). Como a sintaxe deixa de ser o centro, ela não precisa mais fornecer instruções transparentes para fonologia ou “atribuir para cada sentença uma ‘estrutura superficial’ que determine *completamente* a forma fonética da sentença” (CHOMSKY; HALLE, 1968, p. 6, ênfase minha). Na verdade, Culicover e Jackendoff (2005) afirmam que uma ênfase excessiva na centralidade da sintaxe pode comprometer sua autonomia, na medida em que enseja a proliferação de estruturas e operações sintáticas ocultas exclusivamente para atender necessidades fonológicas ou semânticas. Um exemplo dessa tendência, no lado da fonologia, será dado na seção 5 quando discutirei a proposta de Cinque (1993).

A motivação para a criação da AP é a de distribuir o peso da representação da informação linguística nos três níveis, retirando a sobrecarga da sintaxe. Segundo Culicover e Jackendoff (2005), essa “divisão de trabalho” permite dar a cada fenômeno um tratamento apropriado e simples, condizente com a sua natureza. Dessa forma, o nível sintático não precisa comportar a explicação de todos os fenômenos linguísticos relevantes; ele sofre uma importante redução, quando passa a abarcar somente os fenômenos estritamente sintáticos. Boa parte do aparato das teorias gerativas tradicionais torna-se potencialmente dispensável nessa perspectiva: projeções funcionais, categorias vazias e operações de movimento passam a ter que ser justificadas apenas por evidências *patentemente* sintáticas.

Essa linha de raciocínio conduziu Culicover e Jackendoff a formularem a Hipótese da Sintaxe mais Simples, que é a ideia de que “[a] teoria sintática mais explicativa é aquela que atribui a estrutura mínima necessária para fazer a mediação entre a fonologia e o significado” (CULICOVER; JACKENDOFF, 2005, p. 5).

Os pontos fundamentais da AP para os meus propósitos neste artigo são: (i) o caráter não-derivacional das regras gramaticais; (ii) a independência do módulo fonológico – que não é mais o resultado de derivações operadas na estrutura sintática, convergindo no nível de interface PF (como no modelo de Chomsky (1995))–; (iii) e a perspectiva de simplificação da sintaxe.

3. A fonologia não-linear como motivação para a AP

Podemos compreender a AP como a convergência de duas linhas independentes de investigação sobre a FL e suas interfaces: de um lado, os trabalhos de Jackendoff (1990) em semântica e, de outro, os desenvolvimentos em fonologia métrica e autosegmental (GOLDSMITH, 1976; LIBERMAN; PRINCE, 1977). O grande mérito de Jackendoff (1997) foi ter percebido as implicações dessas pesquisas para o formato da gramática e para as ciências cognitivas como um todo.

O que essas vertentes têm em comum é o reconhecimento de que a complexidade combinatória da linguagem deve ser repartida em diferentes camadas – cada uma sujeita a restrições específicas formuladas em termos dos seus próprios primitivos – conectadas entre si por princípios de correspondência. O sintatocentrismo é rejeitado – pelo menos implicitamente – tanto na semântica de Jackendoff quanto nas fonologias não-lineares. Nesta seção, vou revisar alguns pontos desta última tradição que dão respaldo à imagem da FL franqueada pela AP.

A fonologia gerativa, até meados da década de 1970, operava com o modelo de representação linear do *Sound Pattern of English* de Chomsky e Halle (1968). Esse modelo era uma implementação quase perfeita do sintatocentrismo. Com exceção dos casos que motivavam as “regras de reajuste” – responsáveis por “converter as estruturas geradas pelo componente sintático em um formato apropriado para o componente fonológico” (CHOMSKY; HALLE, 1968, p. 9)–, às quais era delegado um estatuto marginal, o *input* das regras fonológicas era tido como equivalente ao *output* da sintaxe. A rigor, uma forma fonética era derivada “como uma continuação da derivação sintática” (JACKENDOFF, 1997, p. 26). Ou seja, dado um conjunto ordenado de regras fonológicas, a forma fonética de superfície seria *completamente* determinada pela forma subjacente dada pela sintaxe, a partir da matriz de traços lexicalmente especificada. Era isso

que Chomsky tinha em mente quando afirmou que a fonologia deveria ser “puramente interpretativa” (CHOMSKY, 1965, p. 141).

Segundo McCarthy (1982), o modelo de Chomsky e Halle (1968) era *linear* por supor uma visão *planificada* (não-hierárquica) das representações, na qual: (i) todas as propriedades fonéticas e fonológicas (incluindo aquelas que são obviamente prosódicas, como tom e acento) são inerentes aos segmentos; e (ii) as representações dos segmentos são feixes desordenados de traços distintivos. As teorias não-lineares rejeitam todas essas suposições, geralmente destacando casos em que não há correspondência biunívoca entre um segmento e uma matriz de traços.

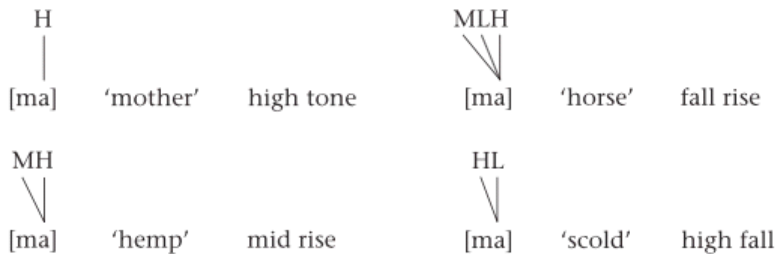
Goldsmith (1976), em seu estudo pioneiro em fonologia autossegmental, propõe uma análise dos tons de contorno nesses termos.⁴ O autor começa sua argumentação com um exercício especulativo: imaginemos que os tons de contorno sejam, em uma dada língua, descritos como uma sequência de tons de nível contíguos (por exemplo, H seguido de L). Suponhamos, ademais, que essa mesma língua apresenta tons de contorno não somente em vogais longas – que poderiam ser analisadas como sequências de segmentos vocálicos repetidos [VV] – mas também em vogais curtas (que são necessariamente segmentos unitários [V]).

Segundo o autor, não seria possível conciliar os modelos lineares com esse cenário, i.e., com a existência de segmentos únicos que se associam simultaneamente a mais de um valor tonal (e.g. H e L). Ou teríamos duas matrizes de traços associadas ao mesmo segmento (o que contradiz o princípio de correspondência biunívoca entre segmento e matriz), ou teríamos um único segmento com uma matriz de traços especificada de maneira contraditória (e.g. um mesmo segmento com +H e –H).

Goldsmith (1976, p. 42-47) mostra que isso não é uma mera possibilidade conceitual. Existem línguas que de fato apresentam esse tipo de configuração tonal, e as teorias têm de lidar com isso. É o caso do Igbo, língua nigero-congolesa falada na Nigéria que foi o principal objeto de estudo do autor. É também, celebrenemente, o caso do Mandarim, conforme se pode ver na Figura 1 abaixo, já na notação autossegmental:

⁴ Foneticamente, o tom caracteriza a altura de um som a partir de sua frequência. Fonologicamente, o tom de um enunciado pode ser representado como uma sequência digitalizada de valores H (alto), M (médio) e L (baixo). Quando distingue significado dentro da palavra, o tom é chamado de *tom de nível*.

FIGURA 1 – Representação de tons em Mandarim (DOBROVOLSKY; KATAMBA, 2011, p. 44)



As linhas verticais que se erguem acima do segmento [a] são chamadas de *linhas de associação*. No caso correspondente à palavra cavalo (*horse*), há três valores tonais distintos associados ao mesmo segmento. Em Mende, uma língua falada em Serra Leoa, também é possível constatar um fenômeno oposto, mas igualmente problemático para o modelo linear: vários segmentos vinculados a um mesmo tom, como na Figura 2 abaixo.

FIGURA 2 – Representação de tons em Mende (DOBROVOLSKY; KATAMBA, 2011, p. 44)



Goldsmith (1976) reporta um caso ainda mais curioso que só pode ser capturado por uma teoria que abandone a correspondência estrita entre tons e segmentos: o fenômeno de tons flutuantes. Um tom flutuante é “um segmento especificado apenas por seu tom que, em algum momento da derivação, se conecta a alguma vogal, transmitindo sua especificação tonal a ela” (GOLDSMITH, 1976, p. 78). Não cabe entrar nos detalhes do caso complexo estudado pelo autor, que diz respeito ao apagamento opcional do complementizador /na/ em Igbo. A ideia geral da análise que ele oferece é que, quando um complementizador que carrega um tom H é apagado, seu tom permanece “flutuando” na estrutura, “aguardando” uma vogal para incorporá-lo. Ou seja, seria possível apagar um segmento

(o complementizador /na/) sem que o tom associado a esse segmento seja necessariamente apagado.

O que todos esses fenômenos sugerem é que tons e segmentos são unidades de tipos e de níveis distintos. A relação entre ambos não é derivacional: dada uma determinada configuração de segmentos, a organização tonal superveniente não é totalmente previsível. Mas isso não significa que a correspondência entre esses componentes é totalmente arbitrária e caótica. Goldsmith (1976) argumenta que a interface entre a camada segmental e a camada tonal é regida pela seguinte Condição de Boa-Formação:

- (1) Condição de Boa-Formação (GOLDSMITH, 1976, p. 48):
 - (a) Todas as vogais são associadas a pelo menos um tom.
 - (b) Todos os tons são associados a pelo menos uma vogal.
 - (c) Não pode haver cruzamentos entre linhas de associação.

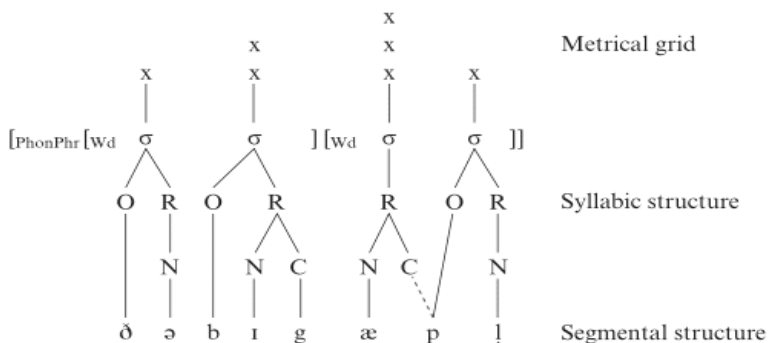
Todos os casos de correspondência “imperfeita” que mencionei acima – tons de contorno, tons compartilhados por vários segmentos e tons flutuantes – satisfazem as cláusulas de (1). Em especial, parece que a vinculação obrigatória dos tons flutuantes a uma vogal é uma “conspiração” – no sentido de McCarthy (2008) – para satisfazer (1b). É importante notar, em conexão com o espírito da AP, que (1) é um princípio *autônomo* da fonologia, que nada tem a ver com boa-formação sintática.

Se supusermos, adicionalmente, que o que está lexicalmente codificado é, em geral, apenas a informação segmental, esses casos constituem, *a fortiori*, objeções contra o sintatocentrismo. Parece mais plausível considerar que os princípios de correspondência entre tons e segmentos, como (1), e os princípios de organização tonal, como o Princípio do Contorno Obrigatório⁵ (ODDEN, 1986), são restrições *internas* ao componente fonológico, que não podem ser derivadas da sintaxe.

Generalizando o tipo de organização sugerida por esses exemplos para outros componentes fonológicos autossegmentais (como estrutura silábica e grade métrica), a representação fonológica do sintagma “*the big apple*” seria algo como a seguinte:

⁵ O que o Princípio do Contorno Obrigatório prediz é que certos traços fonológicos (em especial, traços tonais) idênticos não podem ocorrer em posições adjacentes em um dado nível de representação fonológica. Uma sequência de tons HH, por exemplo, seria uma violação desse princípio.

FIGURA 3 – Estrutura fonológica de “the big apple” (JACKENDOFF, 2007, p. 38)



Na camada mais baixa figura a estrutura segmental, representada no alfabeto fonético. Cada segmento individual pode, por sua vez, ser decomposto em uma matriz de traços distintivos (cf. JAKOBSON *et al.*, 1952). Logo acima da estrutura segmental, aparece a estrutura silábica. A maioria das teorias considera que a sílaba tem uma estrutura de ramificação binária, podendo repartir-se, inicialmente, em *onset* (O) e *rime* (R), com a *rime*, por sua vez, podendo ramificar-se em núcleo (N) e *coda* (C). As evidências em favor da sílaba e de seus constituintes internos são várias: eles parecem ser o domínio relevante para aplicação de alguns processos fonológicos e a “estrutura alvo” em muitos jogos de linguagem (cf. BLEVINS, 1995; BOSCH, 2011).

A estrutura silábica e sua interface com a estrutura segmental estão sujeitas a restrições próprias como aquelas que pesam sobre a organização tonal. Cada constituinte silábico terminal deve estar associado a um segmento e cada segmento deve estar vinculado a pelo menos um constituinte terminal por meio de linhas de associação. (É possível, contudo, que um segmento único seja associado a duas sílabas distintas.) Embora não haja nada inerente ao segmento que permita prever sua função, a distribuição dos segmentos na sílaba tende a obedecer à generalização da sequenciação sonora (BLEVINS, 1995), segundo a qual, entre um membro da sílaba e o núcleo silábico, deve ocorrer uma queda ou elevação de sonoridade (essa é uma possível explicação para a predominância de vogais na posição de núcleo).

As sílabas, por sua vez, são agrupadas em constituintes prosódicos como palavras e sintagmas fonológicos, conforme indicado pela notação de colchetes rotulados na Figura 3. Cada sílaba também recebe um determinado valor relativo de acento (“*stress*”), o que é representado na grade métrica. Quanto mais “alta” a linha de *x* acima de uma sílaba, mais acentuada ela é. Na próxima seção vou apresentar algumas restrições que, segundo a literatura, se aplicam nesse nível de organização fonológica. A notação que empregarei para representar constituintes prosódicos e grades métricas será levemente diferente da empregada por Jackendoff (2007).

O que Jackendoff (2002, 2007) tenta mostrar é que as correspondências imperfeitas entre as camadas independentes da fonologia (estrutura segmental, tonal, silábica, etc.) são sugestivas em relação a possíveis incorrespondências entre os macrocomponentes da linguagem (fonologia, sintaxe e semântica). As representações fonológicas não-lineares sinalizam uma visão sobre a arquitetura geral da gramática profundamente subversiva ao sintatocentrismo: vários eixos de combinatorialidade autônomos, alinhados uns aos outros por meio de princípios (violáveis) de correspondência, e não por derivações algorítmicas a partir da geração sintática.

Jackendoff (1997) observa que os princípios de correspondência só “veem” *alguns* aspectos das estruturas que relacionam. Eles apresentam algumas propriedades de módulos, no sentido de Fodor (1983), pois são: (i) de *domínio específico*, visto que só mencionam *pares* de estruturas (a correspondência entre sintaxe e semântica, por exemplo, só “sabe” de sintaxe e de semântica); e (ii) *informacionalmente encapsulados* (dado que só têm acesso a um conjunto restrito de informações).

Se a fonologia estiver associada à sintaxe por correspondência e não por derivação, espera-se que a interface entre esses dois componentes apresente essas propriedades, o que parece ser o caso. A interface entre sintaxe e fonologia, do lado da fonologia, desconsidera totalmente categorias sintáticas (um processo fonológico, em geral, não discrimina entre nomes, verbos ou adjetivos). Do lado da sintaxe, a interface ignora quase que completamente a estrutura segmental. Como Jackendoff (2007, p. 42) diz, “não existe nenhuma regra sintática que se aplique apenas a palavras que comecem com /b/”. Isto é, “muitos aspectos da estrutura fonológica são invisíveis à sintaxe, e vice-versa” (JACKENDOFF, 1997, p. 29). Mas nem todos, obviamente. Parece haver, em particular, uma correspondência especial entre sintaxe e prosódia. Muitos autores, como

Cinque (1993), têm proposto que a organização hierárquica de sintagmas e a geração de constituintes prosódicos e seus acentos guardam uma relação muito próxima entre si. Investigarei essa hipótese na seção 5.

4. A interface entre a prosódia e sintaxe na AP

Nesta seção, vou examinar algumas propriedades gerais da interface entre prosódia e sintaxe na AP para, na seção seguinte, contrastar essa visão com a teoria do acento nuclear proposta por Cinque (1993).

Para Jackendoff (2002, 2007), mesmo no nível dos constituintes prosódicos, os quais realmente guardam uma relação próxima com as unidades sintáticas, os mapeamentos nem sempre são perfeitos. De início, é importante observar que, embora parcialmente sobrepostas, as unidades mínimas de cada nível são diferentes. Na Figura 3, por exemplo, a primeira palavra fonológica é a sequência (ðə.biɡ), que corresponde a *duas* unidades sintáticas: um determinante singular definido e um adjetivo. Simplesmente não faz sentido perguntar a que categoria *sintática* (ðə.biɡ) pertence, ou postular uma operação de movimento para explicar esse agrupamento inusitado de elementos. Essa sequência não é sequer um constituinte: trata-se de uma unidade *puramente* fonológica. Um princípio *default* de correspondência entre unidades prosódicas e sintáticas, que pode ser enunciado como (2), é violado aí por alguma razão interna à fonologia (possivelmente uma restrição prosódica a palavras monossilábicas átonas), desencadeando a “cliticização” do determinante. O mesmo processo ocorre no PB, como podemos ver na cliticização do “o” em (3):

(2) *Princípio de correspondência prosódia-sintaxe*: Uma palavra fonológica corresponde *preferencialmente* a um núcleo sintático X⁰ (uma projeção mínima).

(3) [_{NP} [_{Det} o] [_{Adj} velho] [_N amigo]] ↔ (o.veʎu)(a.mi.ɡo) (violação de (2))

Note-se que o determinante *o* na sintaxe viola (2) porque, na segmentação prosódica em (3), ele não corresponde a uma palavra fonológica plena – ele é “amalgamado” (i.e. cliticizado) a uma mesma palavra fonológica junto com /veʎu/.

Nos níveis superiores da hierarquia prosódica, os desajustes entre sintaxe e fonologia persistem. Jackendoff (2002, p. 119) cita um exemplo em que uma única forma sintática é capaz de se associar a duas estruturas de sintagmas fonológicos possíveis, sem qualquer diferença de significado perceptível entre elas. Note-se, entretanto, que não é qualquer organização prosódica que é possível, dada a anomalia de (4d):

(4) a. *Estrutura sintática*:

[Sesame St.] [is [a production [of [the Children’s Television Workshop]]]]

b. *Estrutura prosódica* (uma possibilidade):

(Sesame St. is a production of) (the Children’s Television Workshop)

c. *Estrutura prosódica* (outra possibilidade):

(Sesame St.) (is a production) (of the Children’s Television Workshop)

d. *Estrutura prosódica* (impossível):

* (Sesame) (Street is a) (production of the Children’s Television) (Workshop)

Jackendoff (2002, p. 119) menciona ainda um caso citado pela primeira vez por Chomsky (1965, p. 13), no qual o agrupamento de constituintes sintáticos é radicalmente diferente da segmentação prosódica dos sintagmas fonológicos (cf. SELKIRK, 1984). A sintaxe em (5) apresenta uma estrutura recursiva de encaixamentos, enquanto a prosódia parece projetar apenas uma estrutura *flat*:

(5) a. *Agrupamentos sintáticos*:

[Este] [é [o gato [que pegou [o rato [que roubou [o queijo]]]]]]]

b. *Agrupamentos prosódicos*:

(Este é o gato)(que pegou o rato)(que roubou o queijo)

Esse exemplo é, aliás, uma das razões pelas quais Chomsky e Halle (1968) se viam obrigados a postular, com certa relutância, “regras de reajuste” que convertessem o *output* da sintaxe em uma estrutura “legível” pelo componente fonológico. A relutância vinha da percepção – hoje superada por uma teoria prosódica plenamente integrada ao *core*

da linguística – de que o contraste entre (5a) e (5b) pudesse ser tributário de um “fator de desempenho” externo à gramática:

É plausível argumentar que esse “achatamento” da estrutura superficial seja simplesmente um fator de desempenho[...]. Portanto, certamente poderíamos argumentar que esses problemas não pertencem à gramática – e à teoria da competência – de modo algum. (CHOMSKY; HALLE, 1968, p. 372)

Transferir a explicação a uma teoria (não formulada) do desempenho foi um gesto metodologicamente compreensível a essa altura, dado que não havia uma teoria linguística que explicasse esse fenômeno. Hoje em dia essa teoria já existe. A fonologia prosódica foi criada justamente para ser capaz de lidar com fatos desse tipo (SELKIRK, 1984; NESPOR; VOGEL, 1986; HALLE; VERGNAUD, 1987).

Uma abordagem para casos como (4) e (5) mais afinada com esses desenvolvimentos reconheceria uma hierarquia de agrupamentos prosódicos possíveis (palavras fonológicas, sintagmas fonológicos, grupos entoacionais, etc.), cada um dos quais sujeito a condições de boa-formação próprias e ligado a estruturas sintáticas por princípios de correspondência relativamente tolerantes. Segue abaixo uma formulação preliminar de algumas regras de formação de sintagmas fonológicos e de outro princípio de correspondência entre prosódia e sintaxe (NESPOR; VOGEL, 1986, p. 168; JACKENDOFF, 2002, p. 119; MENUZZI; MIOTO, 2006, p. 227):

(6) *Regras de formação de sintagmas fonológicos (ϕ s):*

- a. Um grupo entoacional (I) consiste em uma série de fs concatenados em uma estrutura *flat*. Cada ϕ é uma sequência de palavras fonológicas (ω s).
- b. *Preferencialmente*, os fs devem ter tamanhos semelhantes.
- c. *Preferencialmente*, o ϕ mais longo deve figurar no final do I.
- d. Os fs devem ser minimamente ramificados do ponto de vista silábico (i.e. devem consistir em mais de uma sílaba).

(7) *Princípio de correspondência prosódia-sintaxe:*

Um sintagma fonológico ϕ corresponde a (i) um núcleo lexical X (= V, N, Adj ou Adv) e (ii) todo dependente semântico (argumento, modificador, predicador, etc.) de X à sua esquerda, até a fronteira de outro sintagma fonológico ϕ '.

O que transcorre em (4) e (5) é que o princípio de correspondência em (7) é suficientemente “liberal” para tolerar que as representações prosódicas estejam em desacordo radical com a estrutura sintática. O desacordo, entretanto, não é aleatório (como se vê pela má-formação de (4d)): ele ocorre como uma maneira de garantir um *output* compatível com as regras autônomas de formação de ϕ s em (6). (4d) é simplesmente um caso em que quase todas as condições em (6) são violadas.

Uma transposição total das fronteiras sintáticas de (4a) de (5a) para a prosódia resultaria em uma estruturação de ϕ s totalmente anômala. Primeiramente, tanto (4a) quanto (5a) exibem predicados com múltiplos níveis de encaixamento, o que contradiz a condição (6a). Em segundo lugar, ambos os exemplos também configurariam uma violação de (6b), dado que os tamanhos dos ϕ s “sintaticamente transparentes” seriam totalmente desproporcionais: o ϕ correspondente ao sujeito – “Sesame St.” em (4) e “Este” em (5) – seria muito menor do que o do predicado.

Já os agrupamentos (4b-c) e (5b) estão, concomitantemente, em conformidade com (7) e (6). É importante perceber, todavia, que o princípio de correspondência (7) – que é o que determina *quanto* da segmentação prosódica é sintaticamente motivado –, por si só, não seria suficiente para prever a boa-formação desses agrupamentos. Isso equivale a dizer, contra o sintatocentrismo, que a prosódia é *subdeterminada pela sintaxe*, pois depende essencialmente de regras autônomas, que fazem referência apenas às *suas* unidades mínimas, como as regras em (6). De um modo geral, os princípios de correspondência entre os módulos da FL não permitem deduzir totalmente as propriedades dos níveis que eles relacionam: quase sempre é necessária uma caracterização independente de cada nível. Essa concepção é exatamente a inovação proposta na AP. Na próxima seção, vou contrapor uma regra do acento nuclear que se enquadra nessa visão com a formulação de Cinque (1993).

5. Duas teorias sobre o acento nuclear

“Acento” (*stress*) é o nome dado ao conjunto de parâmetros suprasegmentais que sinalizam proeminência vocálica.⁶ Mas proeminência

⁶ O conjunto exato de parâmetros que definem o acento varia translinguisticamente. No inglês, por exemplo, as vogais acentuadas são sinalizadas por meio de sua maior duração, intensidade e tom mais elevado. Já no grego moderno, como todas as vogais

vocálica é uma noção relativa ao tipo de constituinte prosódico em questão: para qualquer elemento na hierarquia prosódica, haverá sempre uma vogal mais proeminente (o seu *núcleo*). Palavras têm acento, mas também sintagmas fonológicos e grupos entoacionais. Cada nível de agrupamento prosódico recebe seu acento (i.e., seu núcleo) determinado segundo uma regra específica, embora as regras de cada nível tenham uma relação entre si. O acento atribuído ao sintagma fonológico (ϕ) é chamado de *acento frasal*. O acento atribuído ao grupo entoacional (I) é chamado de *acento nuclear*.

Desde Chomsky e Halle (1968, p. 89-91), várias teorias foram propostas para explicar a atribuição de acento em várias línguas. Uma das mais bem aceitas é a teoria métrica de Halle e Vergnaud (1987). As regras de acento frasal e nuclear que eles propõem para línguas como o PB, adaptadas aos termos da hierarquia prosódica de Nespor e Vogel (1986), são as seguintes (MENUZZI; MIOTO, 2006, p. 218):

(8) *Regra do acento frasal*: Interprete as fronteiras de um sintagma fonológico ϕ como um constituinte métrico ilimitado com núcleo terminal à direita.

(9) *Regra do acento nuclear*: Interprete as fronteiras de um grupo entoacional I como um constituinte métrico ilimitado com núcleo terminal à direita.

O acento frasal é atribuído por (8) a cada ϕ formado segundo as condições (6) e (7), e, com base nisso, (9) define um acento nuclear para o grupo entoacional como um todo. O efeito é semelhante à regra de Chomsky e Halle (1968), que localizava o acento nuclear do inglês na unidade prosódica acentuada mais à direita.⁷ Vejamos abaixo em detalhes o resultado da operação dessas regras sobre a sentença (10a):

tendem a ter duração idêntica, o acento é indicado apenas por meio do tom mais elevado e da maior intensidade (DOBROVOLSKY; KATAMBA, 2011, p. 47).

⁷ O alcance tipológico da teoria de Halle e Vergnaud (1987) é mais amplo, pois as regras (8) e (9) são definidas com base em parâmetros específicos ([+/- limitado],[+/- núcleo terminal], núcleo à direita ou esquerda) que buscam esgotar as dimensões de variação entre as línguas.

- (10) a. Paulo já conhecia uma das irmãs de Maria.
 b. (Paulo)_φ (já conhecia)_φ (uma das irmãs)_φ (de Maria)_φ.
 (. *) grupo entoacional
 (*)(. *)(. *)(. *) sintagma fonológico
 (* .)(*)(.*)(* .)(.*)(.*) palavra fonológica
 c. Paulo já conhecia uma das irmãs de Maria.

Esse exemplo, retirado de Menuzzi e Miotto (2006, p. 219), ilustra, em (10b), a operação das regras (6) e (7) para a construção de sintagmas fonológicos. Já (10c) mostra, propriamente, a atuação das regras de acentuação (8) e (9). De início, um acento frasal é atribuído a cada φ localizando o elemento acentuado mais à direita no nível inferior (o da palavra fonológica). Em seguida, é aplicada a regra do acento nuclear propriamente, que projeta o acento frasal mais à direita (o acento da palavra “Maria”) na camada superior, a camada do grupo entoacional. Na representação resultante, quanto maior a linha vertical de asteriscos, maior é o acento relativo.

Temos aí uma teoria do acento nuclear plenamente integrada aos princípios de construção de unidades prosódicas que esbocei na seção anterior. Como as regras (8) e (9) são formuladas em termos de parâmetros específicos à fonologia (pois referem-se apenas a fronteiras de constituintes *métricos* e à ordem *linear*), o sucesso dessa abordagem corrobora com o abandono do sintatocentrismo encarnado na AP. Não há, em (8) e (9), qualquer menção a categorias sintáticas – a não ser indiretamente, na medida em que essas regras pressupõem o princípio de correspondência (7) (que vimos ser insuficiente, sem o amparo de (6), para determinar a estrutura prosódica). Além disso, embora o modo de exposição adotado tenha ressonâncias derivacionais (fala-se da “atribuição” do acento e de uma “sequência” na qual (8) se aplica “antes” de (9)), o formalismo das grades métricas vem da teoria não-linear de Liberman e Prince (1977), que foi uma das principais inspirações para a criação da AP.

A teoria de Cinque (1993) busca, precisamente, remediar essa subversão ao sintatocentrismo, tornando a regra do acento nuclear mais palatável aos pressupostos dos modelos chomskianos. Sua hipótese ousada é de que regras fonológicas específicas não seriam necessárias para capturar os vários padrões de acento nuclear encontrados nas línguas naturais. Não haveria uma “regra do acento nuclear” *strictu sensu*: o acento nuclear seria derivado diretamente da estrutura sintagmática

das sentenças por um procedimento genérico de construção de grades métricas. A maneira como ele formula esse procedimento é a seguinte (CINQUE, 1993, p. 244):

- (11) a. Interprete as fronteiras dos constituintes sintáticos como fronteiras de constituintes prosódicos.
 b. Localize os núcleos dos constituintes da linha N em uma linha N+1.
 c. Cada regra se aplica a uma cadeia sem segmentação interna.
 d. Um asterisco em uma linha N deve corresponder a um asterisco, na mesma posição, em uma linha N-1.

Cinque (1993) ilustra a operação do algoritmo (11) em uma estrutura de constituintes sintáticos abstrata como (12). A grade métrica resultante seria (13):

$$\begin{array}{l}
 (12) [_{A} * [_{B} * [_{C} *]]] \\
 (13) \begin{array}{ll}
 (. \ . \ *) & \text{linha 3} \\
 (. (. \ *) & \text{linha 2} \\
 (* (* (*))) & \text{linha 1}
 \end{array}
 \end{array}$$

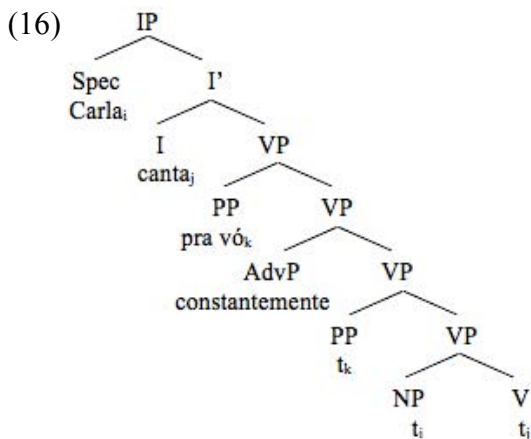
Não convém entrar aqui nos detalhes de como (13) é derivada da aplicação de (11) a (12) ou nas (várias) estipulações adicionais que seriam necessárias para adequar essa teoria a exemplos concretos. Também não vou repisar os argumentos dados na seção anterior contra a identificação entre constituintes prosódicos e sintáticos presumida pelo princípio (11a). O mais importante é perceber que os procedimentos em (11) tem o efeito prático de tornar “a proeminência acentual um mero reflexo do grau de encaixamento [sintático]” (CINQUE, 1993, p. 245).⁸ Ou seja, segundo o procedimento em (11), quanto mais encaixado um constituinte, mais acento ele receberá, e o acento nuclear é atribuído *ao constituinte mais encaixado*.

(11) faz previsões mais ou menos equivalentes às das regras (8) e (9) para (10), onde o constituinte mais à direita (identificado por (9)

⁸ Consequentemente, como Cinque (1993) reconhece, qualquer variação tipológica no padrão acentual também teria que ser explicada por parâmetros sintáticos.

e Mioto (2006) mostram que a teoria de Cinque (1993) faz previsões errôneas para *todas* essas estruturas em que advérbios aparecem na periferia direita.

A *única* maneira de salvaguardar o procedimento (11) diante desses casos seria consentir a uma *complicação* da estrutura sintática. Isto é, teríamos que manipular a estrutura (14b) de alguma maneira para que o advérbio resultasse na posição mais encaixada, a fim de poder receber o acento nuclear em conformidade com a teoria de Cinque (1993). É essa a estratégia adotada por Costa (1998), que propõe que estruturas [V PP Adv] são derivadas por *scrambling* do PP, como ilustro abaixo:



O *scrambling* do PP é o deslocamento desse constituinte para uma posição de adjunção a VP *acima* da posição do advérbio.⁹ Vale ressaltar o *quanto* a estrutura resultante em (16) é mais complexa do que a estrutura em (14b). (14b) não assume *nenhuma* operação de movimento ou categorias vazias, ao passo que (16) assume *três*. (16) contém, fora

⁹ Culicover e Jackendoff (2005, cap. 9) argumentam que o embasamento formal da noção de *scrambling* está longe de ser claro. Além disso, parece haver pouca relação entre as operações que, em análises de várias línguas, são chamadas de *scrambling*: e.g., no sérvio, o ordenamento variável de argumentos adjuntos parece ser motivado por restrições informacionais, já no japonês não parece haver uma relação tão clara entre esses fenômenos. No entanto, a despeito disso, em ambas as línguas o ordenamento livre é explicado por meio da operação de *scrambling*.

isso, *quatro* projeções de VP, enquanto (14b) contém apenas duas (e, se admitíssemos ramificação ternária para o VP, poderia haver apenas uma). Toda essa maquinaria sintática adicional é postulada com o único e exclusivo objetivo de preservar uma relação mais próxima da prosódia com a sintaxe, alimentando a suposição sintatocêntrica. Já a posição de adjunção à direita de (14b), além de sua maior simplicidade, é motivada por argumentos *exclusivamente* sintáticos, como os argumentos de Pollock (1997) contra a teoria do movimento do verbo no inglês.

Na verdade, Costa (1998) se apropria da teoria de Cinque (1993) pois ela concede uma motivação adicional para estruturas como (16), que ele acredita serem mais desejáveis do que a estrutura “pollockiana” de (14b) por razões independentes. Essas razões independentes – boa parte das quais dizem respeito a propriedades associadas ao *scrambling* – são também contestadas por Menuzzi e Miotto (2006).

Outro motivo pelo qual Costa (1998) considera a ordem [V Adv Compl/PP] como “básica” e a ordem [V Compl/PP Adv] como derivada envolve a distribuição restrita de advérbios monossilábicos (como “mal”, “bem” e “já”). Esses advérbios se acomodariam mais naturalmente entre o verbo e o PP, resistindo à posição final:

- (17) a. João argumentou mal contra tua posição.
 b. ? João argumentou contra tua posição mal.
- (18) a. Ela olhou bem para o retrato.
 b. ? Ela olhou para o retrato bem.

Costa (1998) argumenta que se a posição “natural” dos advérbios fosse a de adjunção à direita, como sugerido por (14b), não teríamos como explicar a anomalia de (17b) e (18b). Menuzzi e Miotto (2006) retrucam esse argumento apontando para o fato de que a anomalia desses exemplos tem origem na violação de uma condição de boa-formação puramente *prosódica*: a condição de complexidade rítmica mínima enunciada em (6d) na seção anterior. O que dá origem ao contraste em (17) e (18) é o fato de que, quando o advérbio ocupa a posição final, ele não consegue ser integrado a um sintagma fonológico minimamente ramificado. Sintaticamente, no entanto, (17b) e (18b) seriam perfeitamente bem-formadas. Essa é uma explicação natural, de acordo com Menuzzi e Miotto (2006, p. 230), pois envolve dizer que “uma propriedade *prosódica* dessa

classe de advérbios – a de serem monossilábicos – faz com que tenham distribuição limitada em função da estrutura *prosódica* da frase”.¹⁰

Este último ponto da discussão reitera um raciocínio que é, conforme venho argumentando, central na AP. Não é conceitualmente necessário (para usar os termos de Chomsky (1995)) alocar a explicação última para todos os fenômenos linguísticos na estrutura sintática. Alguns fenômenos podem ser explicados de maneira mais simples e natural conferindo uma maior autonomia aos demais componentes da FL. A atribuição de acento nuclear, por exemplo, se acomoda mais prontamente a uma teoria interna ao *componente fonológico*, como a teoria de Halle e Vergnaud (1987). O mesmo pode ser dito em relação à restrição na distribuição de advérbios monossilábicos – o que está de acordo com as conclusões de Menuzzi e Miotto (2006).

Vimos, a partir dessa breve discussão sobre as teorias do acento nuclear, que só é possível manter a suposição sintatocêntrica de que a prosódia é derivada diretamente da sintaxe – como na teoria de Cinque (1993) – a custo de complicação indevida da sintaxe. Por isso, longe de ameaçar sua autonomia, o abandono do sintatocentrismo permite efetuar uma *simplificação da sintaxe*, purgando-a de elementos inseridos com o propósito único de oferecer instruções “transparentes” para as interfaces. Nesse sentido, uma teoria que reconhece mais autonomia para a fonologia poderia contribuir com uma sintaxe mais “minimalista”.

6. Considerações finais

Neste artigo, procurei apresentar alguns resultados de correntes consagradas em fonologia – especialmente a fonologia autosegmental e prosódica – que, a meu ver, sugerem a necessidade de reavaliar o caráter da interface entre sintaxe e fonologia e da FL em geral. Argumentei que a Arquitetura em Paralelo é um tipo de modelo de gramática que acomoda muito bem essas vertentes e que, nesse sentido, também se “fortalece”

¹⁰ Os autores citam ainda outras evidências em prol dessa análise, como o fato de que se os advérbios em (17b) e (18b) forem modificados, as sentenças resultantes são mais aceitáveis com uma prosódia não-marcada: p.ex. “Ela olhou para o retrato muito bem” soaria mais natural do que (18b). Quando modificado, o advérbio passa a integrar a um sintagma fonológico que inclui seu modificador, cumprindo assim o requisito de ser “minimamente ramificado”.

diante do sucesso delas. A discussão foi, em parte, inspirada na maneira como o próprio Jackendoff (2002, 2007) apresenta sua teoria:

A visão sobre a estrutura fonológica, desenvolvida nos fins dos anos 1970 e quase imediatamente adotada pelos fonólogos como o padrão, é profundamente subversiva à suposição sintatocêntrica de que toda a combinatorialidade linguística tem origem na sintaxe. Descobriu-se que a estrutura fonológica é muito mais do que um mero remendo passivo aos produtos da sintaxe superficial: ela tem seu próprio papel na determinação da totalidade da estrutura linguística. (JACKENDOFF, 2007, p. 42)

Antes mesmo dos trabalhos de Jackendoff (1990) em semântica, abandono do sintatocentrismo foi, então, renunciado pelos estudos em fonologia, embora os próprios fonólogos não tenham percebido as consequências radicais de suas ideias.

Tentei também mostrar que a rejeição do sintatocentrismo possibilita outorgar mais autonomia ao componente fonológico, o que, por sua vez, permite vislumbrar uma simplificação radical da sintaxe. Na seção 5, em particular, tentei mostrar como uma teoria que impõe uma exigência sintatocêntrica muito pesada (como a de Cinque (1993)) acaba levando a complicações desnecessárias da estrutura sintática.

O ideal de simplificar a sintaxe – i.e., para retomar os termos da introdução, de reduzir as mediações entre “forma” e “sentido” – é partilhado pela AP e pelo Programa Minimalista (CHOMKSY, 1995). O que a AP acrescenta ao debate é uma coleção de argumentos (como o que desenvolvi na seção 5) para mostrar que essa redução só é verdadeiramente possível se abrandarmos as pretensões explanatórias da sintaxe. Do contrário, uma simplificação acaba incorrendo – como ocorre muitas vezes no minimalismo – em uma simples redução do alcance descritivo da teoria.

É importante frisar que a AP é, essencialmente, uma teoria sobre o funcionamento das interfaces e sobre o *formato abstrato* da FL. A AP não é uma teoria de representação fonológica: ela apenas acomoda bem, e encontra inspiração, em modelos não-lineares de representação. Por outro lado, embora seja um modelo baseado em restrições, a AP também não se compromete com uma teoria explícita sobre *como* restrições são interpretadas, tal qual a Teoria da Otimidade. Acredito, todavia, que é justamente pela distinção e complementariedade dos seus objetos que a AP, as fonologias não-lineares e a Teoria da Otimidade são modelos

compatíveis. Fica como um exercício para trabalhos futuros ver em mais detalhes como essa integração poderia se dar para além das sugestões superficiais que ofereci aqui.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer ao Prof. Sergio Menuzzi por ter me dado a ideia e à Profa. Ana Livia Agostinho por ter me mostrado como executá-la. Dedico este trabalho a Morris Halle, pois foram em diálogos imaginários com ele que compus boa parte deste artigo, escrito quando ele ainda estava entre nós.

Referências

- ARISTÓTELES. *De Anima*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- BLEVINS, J. The syllable in phonological theory. In: GOLDSMITH, John (Ed.). *The handbook of phonological theory*. Cambridge: Blackwell, 1995.
- BOSCH, A. Syllable-internal structure. In: OOSTENDROP, Colin *et al.* (Org.). *The Blackwell companion to phonology*. Malden: Wiley-Blackwell, 2011.
- CHOMSKY, N. *The logical structure of linguistic theory*. Cambridge: MIT Library, 1955. Documento mimeografado, manuscrito não publicado.
- CHOMSKY, N. *Syntactic structures*. The Hague: Mouton, 1957.
- CHOMSKY, N. *Aspects of a theory of syntax*. MIT Press, 1965.
- CHOMSKY, N. *Studies on semantics in generative grammar*. The Hague: Mouton, 1972.
- CHOMSKY, N. *Language and responsibility*. New York: Pantheon Books, 1979.
- CHOMSKY, N. *The minimalist program*. Cambridge: MIT Press, 1995.
- CHOMSKY, N. *New horizons in the study of language and mind*. Cambridge: CUP, 2000.
- CHOMSKY, N. Three factors in language design. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v. 36, n. 1, p. 1-22, 2005.
- CHOMSKY, N.; HALLE, M. *The sound pattern of English*. New York:

Harper & Row, 1968.

CHOMSKY, N.; LASNIK, H. Filters and control. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v. 8, n. 3, 1977.

CINQUE, G. A Null Theory of Phrase and Compound Stress. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v. 24, n. 2, p. 239-298, 1993.

COSTA, J. *Word order variation: a constraint based approach*. Haia: Holland Academic Graphics, 1998.

CULICOVER, P.; JACKENDOFF, R. *Simpler syntax*. Oxford: OUP, 2005.

DOBROVOLSKY, M.; KATAMBA, F. Phonetics: the sounds of language. In: O'GRADY, W.; DOBROVOLSKY, M.; KATAMBA, F. (Org.). *Contemporary Linguistics: an introduction*. Harlow: Addison Wesley Longman, 2011.

FODOR, J. *The modularity of mind*. Cambridge: MIT Press, 1983.

GOLDSMITH, J. *Autosegmental phonology*. 1976. Dissertation (Doctoral) – MIT, Cambridge, 1976.

HALLE, M.; VERGNAUD, J-R. *An Essay on Stress*. Cambridge: MIT Press, 1987.

HARRIS, R. A. *The linguistics wars*. New York: Oxford University Press, 1995.

HORNSTEIN, N. *Theory of syntax: minimal operations and universal grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

JACKENDOFF, R. *Semantic structures*. Cambridge: MIT Press, 1990.

JACKENDOFF, R. *The architecture of the language faculty*. Cambridge: MIT Press, 1997.

JACKENDOFF, R. *Foundations of language*. Oxford: OUP, 2002.

JACKENDOFF, R. *Genesis of a theory of language: from thematic roles (source) to the Parallel Architecture (goal)*, 2014. Arquivo digital. Disponível em: <<https://ase.tufts.edu/cogstud/jackendoff/papers/GenesisofPA.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2016.

JACKENDOFF, R. *Language, consciousness, culture: essays on mental structure*. Cambridge: MIT Press, 2007.

JAKOBSON, R.; FANT, G.; HALLE, M. *Preliminaries to speech analysis: distinctive features and their correlates*. Cambridge: MIT Press, 1952.

KAGER, R. *Optimality theory*. Cambridge: CUP, 2004.

KISSEBERTH, C. W. On the functional unity of phonological rules. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v. 1, n. 3, p. 291-306, 1970.

LIBERMAN, M.; PRINCE, A. On stress and linguistic rhythm. *Linguistic inquiry*, Cambridge, v. 8, n. 2, 249-336, 1977.

MCCARTHY, J. Nonlinear phonology: an overview. *GLOW Newsletter*, Amsterdam, v. 1, n. 8, p. 63-77, 1982.

MCCARTHY, J. *Doing Optimality Theory: applying theory to data*. Malden: Blackwell, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1002/9781444301182>

MENUZZI, S.; MIOTO, C. Advérbios monossilábicos pós-verbais no PB: sobre a relação entre sintaxe e prosódia. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 211-243, 2006.

NESPOR, M.; VOGEL, I. *Prosodic phonology*. Dordrecht: Foris, 1986.

ODDEN, D. On the role of the Obligatory Contour Principle in phonological theory. *Language*, Baltimore, v. 2, n. 62, 1986.

POLLOCK, J-Y. Notes on clause structure. In: HAEGEMAN, Liliane (Org.). *Elements of grammar: handbook in generative syntax*. Dordrecht: Kluwer, 1997.

PRINCE, A.; SMOLENSKY, P. *Optimality theory: constraint interaction in generative grammar*. Malden: Blackwell, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1002/9780470759400>

SELKIRK, E. *Phonology and syntax: the relationship between sound and structure*. Cambridge: MIT Press, 1984.

SAUSSURE, F. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot & Rivages, 1995.